

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

### QUESTÃO 1

Cleusa, solteira e sem descendentes ou ascendentes, deixou todos os seus bens, em partes iguais, para suas duas primas, Maria e Antônia, por meio de testamento cerrado. Por ocasião da morte da testadora, Maria já havia falecido, deixando como herdeiros necessários seus filhos, João e Pedro. Antônia, uma das beneficiárias do testamento, promoveu a abertura do inventário.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Antônia é a herdeira universal dos bens deixados por Cleusa, porque Maria, tendo falecido antes da testadora, não possui capacidade jurídica para herdar ou transmitir a herança como legatária.
- B A quota-parte da beneficiária Maria, falecida antes da testadora, deve ser dívida entre os seus herdeiros legítimos.
- C Na situação considerada, não houve disposição testamentária determinando o quinhão de cada legatária, pois receberam em partes iguais. Por se tratar de testamento cerrado, o quinhão deixado à herdeira testamentária pré-morta deve ser objeto de decisão em ação própria, em que o juiz deverá interpretar a vontade da testadora.
- D A cláusula testamentária que determinou que os bens ficarão em partes iguais para Maria e Antônia tem de ser interpretada como destinação conjunta, havendo solidariedade entre as co-legatárias. Assim, o patrimônio foi deixado a duas pessoas e, como uma das beneficiárias faleceu, o acervo patrimonial passará integralmente à sobrevivente.

### QUESTÃO 2

Acerca da alienação fiduciária em garantia e do contrato de arrendamento mercantil, segundo a orientação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- A A notificação extrajudicial deve ser entregue no endereço fornecido pelo financiado, sendo desnecessário que este a receba de próprio punho para que ela transforme a posse indireta em posse injusta, caracterizando o esbulho possessório e autorizando a pleitear em juízo a busca e apreensão do bem.
- B No contrato de arrendamento mercantil, não se pode estipular a cobrança antecipada do valor residual, a qual configura cobrança indevida, porque retira do arrendatário a opção de compra.
- C O proprietário fiduciário pode propor ação de execução contra o devedor pelo saldo remanescente da dívida, fundado em contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, quando, após alienar extrajudicialmente o bem dado em garantia da dívida, o produto da venda não for suficiente para o pagamento integral da quantia devida.
- D Considere um contrato de financiamento com alienação fiduciária de veículo automotor e em que as partes convencionaram que o pagamento da dívida seja efetuado em 36 parcelas, vencendo a primeira em fevereiro de 2003. Caso o devedor, desde fevereiro do corrente ano, esteja inadimplente e, por isso, seja proposta ação de busca e apreensão do bem pelo proprietário fiduciante, poderá o devedor purgar da mora.

### QUESTÃO 3

José avalizou nota promissória emitida por Márcia, com vencimento previsto para março de 2003. A devedora não adimpliu a obrigação, e o título foi protestado, tendo sido a respectiva notificação recebida pela emitente em 14 de junho de 2003. Em 10 de junho de 2003, Márcia vendera o único imóvel de sua propriedade. O credor propôs a ação de execução e, diante da inércia da devedora, o avalista quitou o débito em março de 2004.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- I O avalista não poderá pleitear a desconstituição do negócio porque o seu crédito não é anterior à venda do único imóvel da devedora. A data a ser considerada é a do pagamento feito pelo avalista, ocasião em que este adquire o direito de regresso contra a devedora.
- II Por meio de uma ação pauliana, José poderá obter a declaração de que a alienação do bem foi realizada em fraude contra credor, motivo suficiente para anular a venda, voltando o bem a compor o patrimônio particular de Márcia e tomando-se apto a satisfazer o crédito do credor sub-rogado.
- III É permitido ao credor primitivo o exercício de ação pauliana, pois, ao tempo do ato de disposição do bem pela devedora, tida por fraudulenta, ele detinha a qualidade de credor, dado que o avalista não havia adquirido ainda o direito de regresso pelo resgate do título.
- IV José, ao efetuar o pagamento da dívida de Márcia, assumiu a posição de primitivo credor, legitimando-se ao exercício de todos os direitos e ações desta, desde a data de constituição da dívida.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e IV.

### QUESTÃO 4

No que se refere a obrigações, assinale a opção correta.

- A Na assunção de dívida, ocorre a substituição do sujeito passivo da relação de crédito, extinguindo-se o vínculo obrigacional, os acessórios e as garantias do débito, exceto as garantias do crédito prestadas por terceiro.
- B Pode o juiz reduzir o valor da cláusula penal na hipótese de cumprimento parcial da obrigação pactuada ou quando verifica que o montante da penalidade, apesar de não ultrapassar o valor da obrigação principal, mostra-se manifestamente excessivo em comparação com a natureza e a finalidade do negócio.
- C O pagamento de uma obrigação por um terceiro que não tenha interesse na relação original entre credor e devedor, sem o consentimento do devedor ou com a sua oposição, não obriga este a ressarcir o terceiro que voluntariamente quitou o seu débito.
- D A cláusula de arrependimento presume acordo final das partes e assegurará o adimplemento da obrigação, impondo multa penitencial pelo não-cumprimento da obrigação assumida.

**QUESTÃO 5**

Carlos, solteiro, propôs, em fevereiro do corrente ano, ação reivindicatória de uma gleba de terra situada no município em que reside, contra Luiz e sua esposa, comprovando a propriedade pela escritura pública devidamente registrada.

Na contestação, os réus alegaram que a área em demanda fora adquirida por Paulo e sua esposa em 19 de maio de 1990. Ressaltaram que, nessa mesma data, Paulo e sua família tomaram posse de fato do imóvel. Ali construíram uma casa de alvenaria e cercaram a área. Foi demonstrado nos autos que, apesar de todos os esforços necessários, a escritura outorgada a Paulo não pôde ser levada a registro, porque o imóvel fora fracionado aquém do módulo mínimo exigido para a região, e que os réus adquiriram o imóvel em 5 de julho de 1995, por meio de instrumento particular de compra e venda.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A ação reivindicatória para retomada do imóvel, movida por Carlos contra Luiz e respectiva esposa, deve ser julgada procedente, assegurando-se aos possuidores o direito de retenção por benfeitorias.
- B** Paulo e sua mulher, por terem adquirido o imóvel por meio de escritura pública de compra e venda, não podem ser considerados antecessores e transferir a posse aos réus. Conseqüentemente, não podem somar o seu tempo de posse ao dos réus. Assim, os réus não dispõem de tempo suficiente para gerar a prescrição aquisitiva.
- C** O instrumento particular de compra e venda, ineficaz para transmitir domínio, não é título hábil para, em defesa, ser invocada a usucapião ordinária.
- D** Os réus poderão adquirir a propriedade do imóvel alegando a usucapião ordinária, por serem sucessores de possuidores de boa-fé e a justo título, não havendo, portanto, oposição à posse de ambos.

**QUESTÃO 6**

Acerca do direito de família, assinale a opção correta.

- A** Sobrevindo modificação na situação econômica de cônjuge que desistiu dos alimentos por ocasião de separação judicial, mas que deles passou a necessitar, ele poderá pleitear de seu ex-cônjuge os alimentos necessários, mesmo após o divórcio do casal, fundamentando o seu pedido na irrenunciabilidade aos alimentos.
- B** A autorização para o casamento de um menor com 16 anos de idade, na falta ou no impedimento de um dos pais, deverá ser suprida pelo juiz.
- C** A doação de imóvel aos filhos menores por ocasião de separação consensual de seus pais, devidamente homologada por sentença transitada em julgado, configura ato jurídico perfeito e acabado, mesmo quando não tenha sido registrada no competente cartório de registro de imóveis.
- D** Não é permitida a decretação do divórcio direto sem a prévia partilha de bens comuns dos cônjuges.

**QUESTÃO 7**

Acerca de responsabilidade civil, união estável e conflito de leis no tempo, julgue os itens abaixo.

- I** Tratando-se de responsabilidade contratual, o termo inicial dos juros moratórios é o da data da citação do réu para responder a ação de reparação de danos.
- II** Considere a seguinte situação hipotética.  
Meire, brasileira, solteira, diarista, foi vítima de atropelamento. Por ato culposo do condutor do veículo, Meire sofreu graves lesões corporais, que resultaram em deformidade permanente e conseqüente diminuição de sua capacidade laborativa.  
Nessa situação, o causador do dano deverá ser condenado ao pagamento dos danos materiais e morais, dos lucros cessantes e da pensão mensal.
- III** Sobrevindo a morte do autor de uma herança em 13 de março de 2003, sendo ele convivente e não tendo deixado herdeiros necessários — à época descendentes e ascendentes —, o companheiro sobrevivente recolherá a herança em sua totalidade, não obstante a existência de herdeiros legítimos colaterais.
- IV** No caso de situações jurídicas anteriormente constituídas e concluídas mas com efeitos pendentes, ou mesmo extintos, deve aplicar-se a lei nova, em face da irretroatividade das leis.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

**QUESTÃO 8**

Em relação a competência, assinale a opção correta.

- A** Decretada a separação judicial entre as partes, com fixação de alimentos a serem pagos pelo pai aos filhos do casal e mudando-se a mãe para outro estado com os filhos, a execução dos alimentos será processada, necessariamente, nos autos do processo de separação, por tratar-se de competência funcional e, portanto, absoluta.
- B** Estado-membro não tem foro privilegiado, mas, juízo privativo, nas causas que devam correr na comarca da capital, quando a Fazenda for autora, ré ou interveniente. Tratando-se, porém, de causas cuja competência territorial seja de outra comarca, que não seja sede de vara fazendária, a Lei de Organização Judiciária (LOJ) não pode atrair essas causas para o foro da capital sob a alegação de que a Fazenda possui foro privilegiado.
- C** No mandado de segurança, a competência é definida com base na matéria consubstanciada no ato coator que o impetrante pretende anular. Pouco importa o cargo ocupado pela autoridade coatora ou a natureza das funções que exerce.
- D** Apresentada reconvenção ou denunciação da lide, prorroga-se a competência do juiz da causa principal para conhecer daquelas ações, ainda que inicialmente o juiz da causa seja absolutamente incompetente para conhecer de tais ações, tendo em vista o disposto no art. 109 do Código de Processo Civil (CPC), que dispõe, *in verbis*: “O juiz da causa principal é também competente para a reconvenção, a ação declaratória incidente, as ações de garantia e outras que respeitamao terceiro interveniente”.



**QUESTÃO 13**

No que se refere a recursos e ação rescisória, assinale a opção correta.

- A Há interesse de agir para propositura da ação rescisória se a decisão de mérito ainda não tiver transitado em julgado e os recursos ainda cabíveis contra a decisão não possuem efeito devolutivo amplo, como é o caso dos embargos infringentes e recursos extraordinário ou especial.
- B É carecedor de ação o autor de rescisória que pretende rescindir a sentença definitiva por mera violação de norma de cunho processual — questão preliminar —, pois somente questões relativas ao mérito podem dar ensejo à rescisória.
- C Acórdão proferido em embargos infringentes que, transitado em julgado, não foi objeto de recurso extraordinário ou recurso especial, porque a parte perdeu o prazo para interposição de tais recursos, não mais pode ser objeto de rescisória, visto que o não-esgotamento das instâncias recursais impede o maneio da ação rescisória.
- D A jurisprudência, especialmente do STJ, tem entendido que prolatada decisão que exclua um dos autores da demanda, pela ocorrência da prescrição, e prosseguindo o processo em relação aos demais autores, o recurso cabível contra a decisão de exclusão é o de agravo, passível, entretanto, de ser objeto de rescisória, por tratar-se de decisão de mérito.

**QUESTÃO 14**

Em relação a recursos e ação civil pública, assinale a opção correta.

- A No exame de recurso especial, o STJ não pode apreciar questão de inconstitucionalidade de lei federal a ser aplicada na solução de caso concreto, devendo, caso ocorra dúvida quanto à constitucionalidade da lei, suspender o julgamento e remeter os autos ao Supremo Tribunal Federal (STF), pois somente a este é dado fazer, por meio de recurso extraordinário, o cotejo da norma questionada com a Constituição Federal.
- B O ajuizamento de ação coletiva ou pública, pelo Ministério Público, impede que outros co-legitimados e a vítima promovam ação individual em relação ao mesmo fato, tendo em vista a ocorrência de litispendência.
- C Há interesse de agir do autor em agravar do despacho que determinou que se procedesse à instrução probatória quando o processo comportava o julgamento antecipado da lide, requerido pelo autor.
- D São cabíveis embargos infringentes contra acórdão proferido, por maioria, em ação cautelar de competência originária do tribunal, preparatória ou incidente de ação rescisória.

**QUESTÃO 15**

Julgue os seguintes itens, referentes ao concurso de agentes.

- I Em relação ao concurso de agentes, o Código Penal adotou, como regra, a teoria unitária ou monista, de forma que o partícipe responderá pelo mesmo crime praticado pelo autor, em razão da acessoriedade de sua conduta.
- II O mandante de um crime, de acordo com a teoria restritiva, é considerado partícipe, enquanto, conforme a teoria do domínio do fato, é considerado co-autor.
- III O crime de falso testemunho é crime comum, não admitindo co-autoria nem participação.
- IV Considere a seguinte situação hipotética.

Júlio e Marcos encontravam-se dentro de um veículo nas proximidades de uma loja comercial de propriedade de Marcos. Verificando que a área encontrava-se tomada por vendedores ambulantes que estavam invadindo a rua e que poderiam prejudicar sua freguesia, Marcos incentivou Júlio, que conduzia o veículo, a imprimir velocidade incompatível com o local, desejando que algum dos ambulantes fosse atropelado e, em consequência, os demais sentissem receio de permanecer no local. Júlio, sem observar o cuidado exigido para a condução do veículo, seguiu os conselhos de Marcos e, de forma imprudente, acelerou exageradamente o veículo, acabando por atropelar, de fato, um dos ambulantes que ali trabalhava.

Nessa situação, houve concurso de agentes entre Júlio e Marcos.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e IV.

**QUESTÃO 16**

Acerca das penas privativas de liberdade, assinale a opção correta.

- A O réu não-reincidente, condenado à pena de detenção, deverá iniciar o cumprimento da pena em regime semi-aberto ou aberto, somente se admitindo o regime fechado em caso de regressão.
- B O condenado reincidente sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- C Com o advento da Lei n.º 9.455/1997, passou-se a admitir a progressão de regimes para o crime de tortura, que é equiparado a crime hediondo. Diante do novo diploma legal, a jurisprudência do STF firmou-se no sentido de que será possível a progressão de regimes para os demais crimes hediondos e para os equiparados aos hediondos.
- D De acordo com a Lei de Execuções Penais, o preso condenado à pena privativa de liberdade em regime fechado somente poderá executar trabalho externo em serviços e obras públicos.

**QUESTÃO 17**

No que se refere à imputabilidade penal, assinale a opção **incorreta**.

- A** A emoção não exclui a imputabilidade penal, mas pode atuar como circunstância atenuante ou como causa de redução de pena.
- B** A embriaguez, quando patológica, pode afastar a imputabilidade do agente.
- C** O Código Penal adotou o sistema biológico para se aferir a inimputabilidade, devendo-se verificar se o agente, ao tempo da ação ou omissão, era portador de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto, capaz de lhe retirar a capacidade de compreender o caráter ilícito de seu ato ou de orientar-se de acordo com esse entendimento.
- D** A medida de segurança será aplicável aos inimputáveis e, excepcionalmente, aos semi-imputáveis. No último caso, o juiz poderá determinar a execução de pena reduzida ou promover sua substituição pela medida de segurança.

**QUESTÃO 18**

A respeito dos crimes contra a honra, assinale a opção **correta**.

- A** O crime de difamação consuma-se no instante em que a própria vítima vem a tomar conhecimento da ofensa irrogada, não importando se ela se sentiu ou não ofendida.
- B** Considere a seguinte situação hipotética.  
Eleno desconfiou de que Belarmino furtara, há alguns meses, a agência bancária do bairro, uma vez que, desde que ocorrera o furto, Belarmino passara a demonstrar sinais de riqueza. Mesmo em dúvida a respeito da autoria do delito, Eleno assumiu o risco de causar dano à honra de Belarmino e imputou-lhe a prática do crime.  
Nessa situação, havendo dolo eventual, Eleno responderá pelo crime de calúnia.
- C** Os crimes contra a honra são crimes unissubsistentes, não admitindo tentativa.
- D** Considere a seguinte situação hipotética.  
Alfredo, revoltado com a demora no atendimento em um hospital público, agrediu verbalmente o servidor responsável pelo atendimento ao público, alegando que esse servidor recebia dos cofres públicos sem trabalhar.  
Nessa situação, Alfredo cometeu crime de difamação contra servidor público, cabendo-lhe a exceção da verdade.

**QUESTÃO 19**

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens subsequentes.

- I** Pessoa que foge em desabalada carreira, ao lhe ser apresentado mandado de prisão por policial, comete o crime de resistência, uma vez que resiste à ordem de autoridade pública.
- II** Considere a seguinte situação hipotética.  
Joana, diretora de escola pública, exigiu de uma mãe, como condição para o deferimento do pedido de matrícula de seu filho, o pagamento de quantia em dinheiro.  
Nessa situação, Joana poderá ser responsabilizada pelo crime de corrupção passiva.
- III** Servidor da Receita Federal que se apossa de bens irregularmente introduzidos no país comete o crime de peculato.
- IV** Réu em ação de investigação de paternidade que se recusa a realizar exame de DNA determinado pelo juiz não comete o crime de desobediência, uma vez que não está obrigado a produzir prova contra si próprio.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.

**QUESTÃO 20**

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca dos crimes contra a vida, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- I** Aldo é o único herdeiro de sua irmã Sofia, que sofre de depressão. Induzida por Aldo, Sofia tentou tirar sua própria vida, cortando os pulsos. Levada para o hospital pela empregada da casa, recebeu tratamento imediato, tendo sofrido lesões corporais leves. Nessa situação, Aldo responderá pelo crime de participação em suicídio.
- II** Bernardo, trafegando com seu veículo em estrada de pouco movimento, verificou que, às margens da rodovia, encontrava-se, caída, uma vítima de atropelamento. Tendo importante reunião de trabalho a se iniciar dentro de meia hora, não prestou assistência à vítima. Terminada a reunião, arrependeu-se, voltou ao local onde a vítima se encontrava e providenciou sua condução para um hospital. Nessa situação, a conduta posteriormente praticada não elide a responsabilidade penal de Bernardo, que poderá responder pelo crime de omissão de socorro.
- III** Ângela, sob a influência do estado puerperal, matou o próprio filho, logo após o parto, por estrangulamento. Cessada a influência do estado puerperal, Ângela desesperou-se e, arrependida do ato praticado, foi acometida por intenso sofrimento. Nessa situação, tendo em vista que as consequências da conduta de Ângela atingiram-na profundamente, poderá o juiz aplicar o perdão judicial.
- IV** Alice, em sua casa, viu o filho da vizinha, de três anos, jogar-se na piscina e afogar-se, o que o levou à morte. Nessa situação, mesmo quedando-se inerte, nada tendo feito para evitar a produção do resultado, Alice não responderá por homicídio, uma vez que não tinha o dever de evitar o resultado.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.

**QUESTÃO 21**

Julgue os seguintes itens, relacionados aos crimes contra o patrimônio.

I Considere a seguinte situação hipotética.

Vicente, mediante a utilização de arma de fogo, ingressou na residência de Osvaldo, subtraindo-lhe a quantia de R\$ 5.000,00. Tendo sido identificado e indiciado pelo crime de roubo, Vicente resolveu devolver a quantia furtada a Osvaldo.

Nessa situação, ocorreu o arrependimento posterior, sendo possível a redução da pena de uma dois terços.

II Considere a seguinte situação hipotética.

Aderbal constrangeu Heloisa, mediante grave ameaça, utilizando-se de arma de brinquedo, a fornecer-lhe a senha de seu cartão bancário.

Nessa situação, Aderbal praticou o crime de extorsão, incidindo causa de aumento de pena em razão do instrumento utilizado para ameaçar a vítima.

III O crime de apropriação indébita consuma-se quando o agente passa a agir como se fosse o proprietário do bem apropriado, sem intenção de promover a sua restituição.

IV No crime de estelionato mediante emissão de cheque sem provisão de fundos, o pagamento até o recebimento da denúncia afasta a justa causa para a propositura da ação penal.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

**QUESTÃO 22**

Em determinado processo, apresentadas as alegações finais pelas partes, os autos foram conclusos ao juiz, para proferimento de sentença. Nessa ocasião, o juiz teve dúvidas acerca da autoria do delito de contrafação, devido ao fato de não ter sido realizado exame grafoscópico.

Considerando a situação hipotética apresentada e sabendo que a prova da autoria cabe ao Ministério Público, assinale a opção correta.

- A Em face da paridade de tratamento entre as partes, o juiz deve proferir sentença absolutória, obedecendo o princípio *in dubio pro reo*.
- B Em razão do princípio da auto-responsabilidade das partes, o órgão acusador deve suportar as consequências de sua negligência, devendo ser proferida sentença absolutória.
- C O juiz pode determinar a realização do exame faltante e, caso este seja conclusivo no sentido de ser do réu o punho realizador da contrafação, deverá aplicar, obrigatoriamente, o princípio do contraditório e proferir sentença condenatória.
- D Pode o magistrado proferir sentença condenatória com base em laudo que tenha sido apresentado a juízo cível, em ação indenizatória proposta contra o estado da Federação, devido ao princípio da aquisição ou da comunhão.

**QUESTÃO 23**

A esposa de determinado vereador acusou-o, publicamente, de utilizar o cargo que ocupa para vencer licitações. O acusado, da tribuna da assembleia legislativa, proferiu longo discurso que atingiu a honra da esposa, fato que a levou a processá-lo por crime contra a honra. Em vista disso, um convicto eleitor impetrou *habeas corpus* em favor do vereador, para fazer valer a imunidade que lhe é assegurada constitucionalmente.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O julgador que analisar o *habeas corpus* deve deferir o pedido.
- B O impetrante, ainda que não seja advogado e não venha representado por um, pode apresentar o recurso cabível, independentemente de formalização da representação processual.
- C Caso venha a ser indeferido o pedido de *habeas corpus*, o recurso próprio só poderá ser manejado se o vereador fornecer procuração ao impetrante.
- D Vindo a ser proferida condenação pelo tribunal de justiça do estado, o vereador poderá requerer aplicação de lei posterior mais benigna que tiver entrado em vigor no curso da execução, mediante a impetração de *habeas corpus* no STJ.

**QUESTÃO 24**

Acerca dos recursos, assinale a opção **incorreta**.

- A Apesar de julgados isolados em contrário, a jurisprudência firmou posição no sentido de que a Constituição Federal, ao atribuir ao Ministério Público a função de promover privativamente a ação penal pública, recepcionou a legislação processual penal no que diz respeito ao recurso de ofício.
- B Caso o acórdão contenha partes autônomas e o presidente do tribunal de justiça admita parcialmente o recurso extraordinário interposto, o STF somente poderá conhecer toda a interposição caso uma das partes agrave de instrumento contra a decisão de admissibilidade.
- C O princípio constitucional da não-culpabilidade dos réus não é óbice ao cumprimento de mandado de prisão na pendência de recurso extraordinário admitido.
- D Em princípio, proferida sentença condenatória, mas julgada extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, sem recurso por parte do Ministério Público, não haverá interesse do réu para interposição de apelação.

**QUESTÃO 25**

No que diz respeito à prisão e à liberdade provisória, assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.  
Imediatamente após matar a esposa e o amante desta, flagrados em adultério, Jorge, arrependido, procurou autoridade policial e confessou a autoria do crime, até então desconhecido pela polícia.  
Nessa situação, Jorge poderá ser preso, mas não em flagrante.
- B Quando, nos autos, o autor de infração alegar ter cometido o crime motivado por obediência hierárquica, o juiz será obrigado a fundamentar a manutenção de prisão em flagrante.
- C Cabe recurso em sentido estrito da decisão que decreta prisão preventiva, bem como daquela que indefere requerimento de prisão feito pelo Ministério Público.
- D É anulável a decisão judicial que concede fiança antes da oitiva do Ministério Público.

**QUESTÃO 26**

Com relação a busca pessoal e domiciliar, assinale a opção correta.

- A A busca pessoal independe de mandado, sendo ato discricionário da autoridade policial quando em diligência regular (*blitz*), durante participação em programa governamental para combater o aumento da criminalidade.
- B A busca pessoal em mulher deve ser feita por outra mulher, considerando-se ilícita a prova obtida por esse meio quando realizada por homem.
- C Em casos em que não tenha sido instaurado inquérito policial, é proibida a expedição de mandado judicial de busca e apreensão domiciliar fundamentado em peças de informação.
- D Deve-se proceder busca pessoal para apreender cartas destinadas ao acusado quando houver suspeita de que o conteúdo dessas missivas possa elucidar o crime, ainda que tal busca seja efetivada em terceira pessoa, que não esteja envolvida no objeto da investigação.

**QUESTÃO 27**

Assinale a opção correta.

- A Nos limites dos fatos narrados na denúncia, é cabível ao juiz afastar o crime de associação para o tráfico e reconhecer a qualificadora do concurso de pessoas, o *emendatio libelli*.
- B O juiz deve absolver o réu quando este é processado por receptação dolosa e, na instrução criminal, fica provado que essa receptação é culposa, não estando tal fato descrito na denúncia e permanecendo o Ministério Público silente quando das alegações finais.
- C Tratando-se de ação penal pública incondicionada, o juiz pode condenar o réu ainda que o Ministério Público tenha pedido absolvição. Não pode o juiz, entretanto, incluir agravante que não tenha sido alegado.
- D Tendo o juiz absolvido o réu acusado de participação em um delito, pode ainda aplicar medida de segurança, por força do princípio do duplo binário.

**QUESTÃO 28**

Quanto aos processos de competência e julgamento perante o tribunal do júri, assinale a opção correta.

- A Conforme entendimento do STF, é nulo o julgamento do tribunal do júri quando houver participação de jurado impedido.
- B O princípio *in dubio pro reo* rege a fase da pronúncia.
- C A impronúncia é ato judicial decorrente do reconhecimento, pelo juiz, de inexistência de indícios de cometimento de crime doloso contra a vida ou de participação do acusado em tal crime.
- D Acarreta a suspensão do julgamento a arguição de suspeição contra juiz de direito atuante no plenário, acompanhada de prova documental recusada pelo órgão julgante, mas aceita pela parte contrária.

**QUESTÃO 29**

Quanto aos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- A De acordo com a jurisprudência do STJ, a legislação que instituiu os juizados especiais não alterou as regras estabelecidas pela Lei n.º 9.099/1995 para a suspensão condicional do processo, que continuando cabível apenas para crimes cuja pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano.
- B De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, o acréscimo de pena decorrente do reconhecimento de concurso de crimes ou continuidade delitiva, em qualquer hipótese, não afasta o julgamento pelo juizado especial.
- C A conciliação extintiva de punibilidade somente será cabível nos crimes de ação penal privada.
- D A suspensão do processo deverá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do processo, pela prática de contravenção penal.

**QUESTÃO 30**

De acordo com jurisprudência do STF e do STJ, caso o Ministério Público não ofereça proposta de suspensão condicional do processo, o juiz poderá

- A oferecê-la, de ofício, ao autor do fato.
- B oferecê-la ao autor do fato, desde que haja requerimento por parte da defesa.
- C encaminhar o processo para o procurador-geral de justiça, aplicando-se, por analogia, o disposto no art. 28 do Código de Processo Penal.
- D não adotar qualquer medida, em razão do princípio do promotor natural, uma vez que o titular do direito de propor a suspensão do processo é o promotor de justiça ou o procurador da República com atribuição para atuar no caso.

**QUESTÃO 31**

Em relação à competência e aos atos processuais nos juizados criminais, assinale a opção correta.

- A A citação e as intimações deverão ser realizadas pessoalmente, no próprio juizado, ou por correspondência com aviso de recebimento pessoal, não sendo prevista a prática de atos processuais por oficial de justiça.
- B Se o acusado não for encontrado para ser citado, deverá haver a citação por edital.
- C A competência é regida pelo princípio da ubiqüidade, considerando-se local do crime tanto o da ação ou da omissão quanto o da consumação.
- D Os atos processuais poderão ser realizados fora do expediente forense, em qualquer dia da semana, de acordo com as normas de organização judiciária.

**QUESTÃO 32**

O juizado cível da justiça comum tem competência para julgar a(s)

- I causas cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo ou as de valor superior, desde que, não havendo conciliação, haja renúncia ao valor excedente ao teto.
- II execução de seus próprios julgados.
- III causas relativas ao estado e à capacidade das pessoas, desde que de cunho patrimonial.
- IV causas de interesse da fazenda pública, desde que não excedam o valor de 40 salários mínimos.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D III e IV.

**QUESTÃO 33**

Julgue os itens que se seguem, referentes aos atos processuais e procedimentos dos juizados especiais cíveis.

- I Quando o réu for pessoa jurídica, a citação será realizada pelo correio com aviso de recebimento em mão própria, devendo, para a sua validade, ser entregue ao sócio-gerente.
- II Embora os juizados especiais sejam regidos pelos princípios de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, admite-se a produção de prova técnica na audiência.
- III Não se admite a reconvenção nos juizados especiais. Será possível, contudo, a formulação de pedido contraposto.
- IV O maior de 18 anos e menor de 21 anos de idade poderá ser autor, desde que esteja assistido por seu representante legal.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e IV.

**QUESTÃO 34**

Em relação à sentença dos juizados cíveis, julgue os itens subsequentes.

- I Da sentença proferida, caberá recurso no prazo de 10 dias, sendo o julgamento de competência do próprio juizado, por turma composta por três juizes togados.
- II Não há necessidade de homologação, pelo juiz togado, da decisão proferida pelo juiz leigo.
- III O recurso terá, em regra, efeito apenas devolutivo, sendo possível conferir-lhe, excepcionalmente, efeito suspensivo para evitar dano irreparável para a parte.
- IV Das decisões proferidas em processos de competência do juizado especial, não caberá a interposição de recurso especial ou extraordinário.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

**QUESTÃO 35**

Assinale a opção correta a respeito de mandado de segurança, ação popular e *habeas corpus*.

- A Terceiro prejudicado, que não integrou a lide mas foi atingido por ato judicial, pode impugná-lo por meio de mandado de segurança, ainda que não tenha interposto o recurso cabível.
- B Havendo desistência da ação popular por seu autor, somente o Ministério Público pode promover seu prosseguimento.
- C Será cabível *habeas corpus* para anular processo penal em curso por vício de competência, somente se já houver sido prolatada sentença final.
- D O *habeas corpus* de ofício para sanar constrangimento flagrantemente ilegal é cabível no tribunal de justiça somente se a matéria tiver sido apreciada pelo juízo *a quo*.

**QUESTÃO 36**

À luz dos princípios constitucionais e tendo em vista interceptação telefônica, duplo grau de jurisdição, condenação por danos morais e direito de resposta, assinale a opção correta.

- A A interceptação telefônica pode ser determinada por juiz para fins de instrução de ação de improbidade administrativa.
- B A garantia do devido processo legal assegura às partes direito ao duplo grau de jurisdição.
- C O valor da condenação por danos morais depende, entre outros fatores, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido.
- D O direito de resposta do ofendido por meio da imprensa exige ajuizamento de ação judicial específica para esse fim.



**QUESTÃO 37**

Considerando aspectos conceituais e de abrangência do poder constituinte e dos direitos constitucionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos termos da Constituição Federal, os direitos e garantias fundamentais referem-se a brasileiros e a estrangeiros, residentes ou não.
- Ⓑ As constituições estaduais não podem estabelecer foro por prerrogativa de função para crimes dolosos contra a vida praticados por procurador de Estado.
- Ⓒ Não há, no direito brasileiro, norma de hierarquia constitucional cuja eficácia possa ser afastada por norma infraconstitucional.
- Ⓓ Segundo os preceitos do constitucionalismo, todo Estado que possuir norma regulatória do exercício do poder possui constituição.

**QUESTÃO 38**

À luz do direito constitucional, assinale a opção correta.

- Ⓐ A perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado somente se pode dar por decisão judicial.
- Ⓑ A Constituição Federal garante o direito de greve somente para defender os interesses dos trabalhadores no que diz respeito à melhoria de sua condição social junto ao empregador para o qual esses trabalhadores prestem serviços.
- Ⓒ Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal (DF) legislar concorrentemente sobre, entre outros temas, juntas comerciais, registros públicos, custas dos serviços forenses, produção e consumo.
- Ⓓ A competência para legislar sobre desapropriação é exclusiva da União, mas os municípios podem promover desapropriações de bens móveis e imóveis.

**QUESTÃO 39**

Assinale a opção correta acerca de improbidade administrativa, licitação pública e processo legislativo.

- Ⓐ Para a caracterização da improbidade administrativa, é necessária a existência de dano ao erário.
- Ⓑ O pregão é modalidade de licitação pública que pode ser utilizada somente pela União.
- Ⓒ No processo legislativo estadual, o governador deverá ter iniciativa privativa de leis assemelhada àquela que tem o presidente da República na Constituição Federal.
- Ⓓ O legislador tem liberdade para editar leis complementares sempre que entender que a matéria deve ser regulamentada por norma de tal hierarquia.

**QUESTÃO 40**

Tendo em vista o controle de constitucionalidade e o exercício, pelo Poder Executivo — estadual ou municipal —, de atividades que alcancem os domínios econômico e financeiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental para declarar a inconstitucionalidade de lei municipal perante o STF.
- Ⓑ Como regra, a liminar em ação direta de inconstitucionalidade perante o STF produz efeitos *ex tunc*.
- Ⓒ Os municípios não podem utilizar títulos da dívida pública para pagar desapropriação.
- Ⓓ Os estados não podem desapropriar a pequena nem a média propriedade rural.

**QUESTÃO 41**

Assinale a opção correta.

- Ⓐ As terras tradicionalmente ocupadas por índios não podem ser objeto de lavra das riquezas minerais.
- Ⓑ Os ganhos habituais do empregado, diversos do salário, não serão considerados para efeito de contribuição previdenciária nem para conseqüente repercussão em benefícios.
- Ⓒ A inimputabilidade dos menores de 18 anos, prevista na Constituição Federal, não pode ser objeto de emenda constitucional.
- Ⓓ A seguridade social pode ser financiada por contribuições do empregador incidentes sobre a receita ou o faturamento, entre outras.

**QUESTÃO 42**

Assinale a opção correta.

- Ⓐ As vantagens pessoais dos servidores públicos não estão sujeitas a teto remuneratório.
- Ⓑ A proibição de acumulação de cargos, empregos e funções não abrange as sociedades subsidiárias de sociedades de economia mista.
- Ⓒ A edição de medidas provisórias é privativa do presidente da República, não podendo os estados conferir tal prerrogativa a seus governadores.
- Ⓓ O STF pode, por decisão da maioria absoluta de seus membros, em ação de controle concentrado de constitucionalidade, determinar a juízes e tribunais de todo o país que suspendam o andamento de processos ou os efeitos de decisões judiciais.

**QUESTÃO 43**

Assinale a opção correta referente a licitações e contratos celebrados com a administração pública.

- A Todo contrato verbal com a administração pública é nulo.
- B Para fins de julgamento das propostas, constitui tipo de licitação a de maior oferta.
- C Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação perante a administração.
- D A anulação da licitação induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar.

**QUESTÃO 44**

A respeito de permissão e concessão de serviço público, assinale a opção correta.

- A Não se admite subconcessão de concessão de serviço público.
- B Na licitação destinada a concessão de serviço público, o poder concedente não deve recusar propostas financeiramente incompatíveis como objeto da licitação.
- C Nas concessões de serviço público, as tarifas devem ser idênticas para todos os usuários, para que se cumpra o princípio da isonomia.
- D As permissões de serviço público são formalizadas por meio de contrato.

**QUESTÃO 45**

A respeito dos princípios que regem a administração pública, do processo administrativo, do controle da administração pública e da competência desta no processo de admissão de pessoal, assinale a opção correta.

- A Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade encontram-se positivados em lei e são de observância obrigatória para a administração pública federal.
- B O processo administrativo somente pode ser instaurado por iniciativa da parte interessada.
- C O controle externo da administração pública é exercido pelos tribunais de contas, como auxílio do Poder Legislativo.
- D As constituições dos estados podem prever que a admissão de pessoal pelo Poder Executivo seja precedida de exame, caso a caso, pelos tribunais de contas.

**QUESTÃO 46**

Assinale a opção correta.

- A Os bens das fundações de direito público estão sujeitos a penhora.
- B A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público externo, de acordo com o Código Civil, é objetiva.
- C O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído.
- D O servidor público estadual tem domicílio necessário na capital do estado, ainda que exerça suas funções em outra cidade.

**QUESTÃO 47**

Tendo em vista as restrições ao exercício da propriedade privada, os princípios da administração pública e os direitos e vantagens dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- A As limitações administrativas à propriedade privada, impostas por meio de ato administrativo específico, são válidas para cada um dos bens, sobre os quais incidem, de forma individualizada.
- B Na requisição administrativa de bens móveis fungíveis, a indenização devida é paga posteriormente.
- C Todo decreto regulamentar tem por fim regulamentar lei prévia, uma vez que não há decreto autônomo no país.
- D A aposentadoria compulsória do servidor público, aos 70 anos de idade, dá-se com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

**QUESTÃO 48**

Acerca dos atos administrativos e do regime jurídico dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- A Todo ato administrativo goza de auto-executoriedade.
- B O servidor público adquire estabilidade e o magistrado de primeiro grau, vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício no cargo.
- C Todo agente público é servidor público.
- D Há atos administrativos que, não obstante viciados, podem ser convalidados.

**QUESTÃO 49**

A respeito de atos administrativos, de bens públicos e da qualificação de agência executiva, assinale a opção correta.

- A O ato administrativo plenamente vinculado não pode ser revogado.
- B A certidão emanada por servidor público é ato administrativo que pode ser revogado.
- C Agência executiva é qualificação dada a órgãos da administração pública com finalidade executiva.
- D São bens da União todas as ilhas oceânicas e costeiras.

**QUESTÃO 50**

Assinale a opção correta.

- A As terras devolutas que não estejam compreendidas no domínio da União e dos estados pertencem aos municípios.
- B O poder de polícia, por ser exercido em prol da coletividade, não está sujeito ao princípio da legalidade.
- C Integra a administração indireta toda sociedade da qual o Estado participe detendo ações.
- D Empresa pública que explora atividade econômica deve sujeitar-se ao regime próprio de empresas privadas, nos termos da lei.

**QUESTÃO 51**

A respeito da capacidade eleitoral, do funcionamento dos partidos políticos e dos crimes eleitorais, assinale a opção correta.

- A O condenado que estiver em gozo de *sursis* não terá seus direitos políticos suspensos.
- B Os órgãos municipais, estaduais e nacionais dos partidos políticos devem prestar contas anuais, respectivamente, aos juízes eleitorais, aos tribunais regionais eleitorais (TREs) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- C São inelegíveis para o cargo de prefeito as autoridades policiais com exercício no município nos seis meses anteriores ao pleito.
- D O crime de injúria definido no Código Eleitoral é de ação penal privada.

**QUESTÃO 52**

Assinale a opção correta com referência a garantias eleitorais, elegibilidade e nulidades de natureza eleitoral.

- A A promessa de vantagem pessoal, de qualquer natureza, ao eleitor, feita por candidato antes do registro da candidatura constitui captação de sufrágio ilegal e implica a cassação do registro ou do diploma.
- B Caso haja fato que caracterize a nulidade da votação, tal nulidade deverá ser decretada pelo juiz eleitoral, ainda que não seja demonstrado prejuízo decorrente do referido fato.
- C Os recursos eleitorais, salvo prescrição expressa em contrário, deverão ser interpostos no prazo de três dias.
- D Podem concorrer a eleição candidatos registrados, ou não, por partidos políticos.

**QUESTÃO 53**

Tendo em vista a legislação eleitoral vigente, assinale a opção correta.

- A A propaganda eleitoral por meio de *outdoors* é permitida somente após a realização de sorteio pela justiça eleitoral.
- B Pelo sistema proporcional, o candidato com maior número de votos válidos nas eleições será sempre proclamado eleito.
- C Os juízes da classe dos advogados dos TREs são escolhidos pelo presidente da República entre três nomes indicados pelo tribunal de justiça estadual, entre seis indicados pela OAB.
- D A propaganda eleitoral não-partidária pode ser realizada antes do ano das eleições.

**QUESTÃO 54**

Com referência a financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais, crimes eleitorais, competência da justiça eleitoral e representação do Ministério Público no TRE, assinale a opção correta.

- A As doações e contribuições de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais poderão ser feitas a partir do registro das candidaturas.
- B Cometerá crime o juiz eleitoral que deixar de se declarar impedido quando possuir cônjuge candidato a cargo eletivo registrado em sua circunscrição.
- C As lides entre o filiado e o seu partido político, ainda que fora do período eleitoral, são de competência da justiça eleitoral.
- D O procurador-geral de justiça do estado representa o Ministério Público perante o TRE.

**QUESTÃO 55**

A respeito da diplomação, da criação de partidos políticos, do alistamento eleitoral e das hipóteses de inelegibilidade, assinale a opção correta.

- A Com a diplomação, os candidatos são investidos nos cargos eletivos.
- B A liberdade de criação de partidos políticos permite que estes tenham caráter regional.
- C O alistamento eleitoral é condição de elegibilidade.
- D As hipóteses de inelegibilidade são previstas exclusivamente na Constituição Federal.

**QUESTÃO 56**

O financiamento do Estado é feito, entre outras, pelas receitas patrimoniais. Nesse sentido, o conceito de receita patrimonial **não** inclui

- A os dividendos recebidos de empresas das quais o governo seja acionista.
- B os alugueres de imóveis públicos.
- C o arrendamento de imóveis públicos.
- D a venda de imóveis públicos.

**QUESTÃO 57**

O resultado financeiro do Banco Central do Brasil (BACEN) passou a ter tratamento específico no ordenamento brasileiro. Acerca do referido resultado, assinale a opção **incorreta**.

- A É apurado levando-se em conta a constituição e a reversão de reservas.
- B Destina-se ao Tesouro Nacional, como receita, se for positivo.
- C Será objeto de reposição pelo Tesouro Nacional ao BACEN, independentemente de dotação orçamentária, se for negativo.
- D Constitui obrigação do Tesouro Nacional, se for negativo.

**QUESTÃO 58**

O princípio tributário da irretroatividade da lei, conforme disciplina legal,

- A aplica-se aos impostos e não às contribuições.
- B permite a aplicação de nova legislação a fatos geradores pendentes.
- C dispõe que a alteração na legislação tributária pode produzir efeitos sobre fatos geradores passados para criar obrigação tributária.
- D configura uma versão do princípio penal de mesmo nome, com as mesmas especificidades em que ocorre no direito tributário.

**QUESTÃO 59**

Em certo município, a iluminação pública é fornecida por ente público que, por sua vez, cobra dos munícipes tributo destinado aos gastos com aquele serviço. Acerca desse assunto, é correto afirmar que o

- A) tributo cobrado para custear o serviço de iluminação pública está constitucionalmente previsto como da espécie taxa pela utilização de serviço público.
- B) tributo deve ser instituído por legislação federal, mesmo que o fornecimento do serviço de iluminação pública seja responsabilidade do município.
- C) estabelecimento do tributo deve-se submeter ao princípio da anterioridade.
- D) serviço de iluminação pública deve ser prestado exclusivamente pelo município.

**QUESTÃO 60**

O princípio da isonomia tributária tem sido abrandado pela admissibilidade de tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte. Uma dessas diferenciações é a admissibilidade de regimes especiais ou simplificados de alguns tributos. Nesse sentido, **não** há previsão de regime especial para

- A) ICMS.
- B) IPI.
- C) COFINS.
- D) PIS.

**QUESTÃO 61**

Uma das mais importantes inovações inseridas no ordenamento tributário brasileiro é a admissibilidade de, por meio de lei complementar, ser instituído regime único de arrecadação de impostos e contribuições da União, dos estados, do DF e dos municípios para microempresas e empresas de pequeno porte. Esse regime

- A) será de aplicação obrigatória aos contribuintes.
- B) prevê o recolhimento tributário descentralizado.
- C) permite diferenciações por estado.
- D) prevê a adoção de cadastros estaduais descentralizados.

**QUESTÃO 62**

Acerca do Imposto Territorial Rural (ITR), assinale a opção **incorreta**.

- A) O ITR somente pode ser cobrado pela União, devido à não-transferência da competência tributária.
- B) O ITR é progressivo e a União não fica com mais de 50% de sua arrecadação.
- C) O contribuinte que possui e explora apenas um único imóvel, constituído de pequena gleba rural, está isento do pagamento do ITR.
- D) O estabelecimento das alíquotas do ITR tem função extrafiscal de desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

**QUESTÃO 63**

Entre os princípios que regem a Política Nacional das Relações de Consumo, está a previsão de ação governamental de proteção ao consumidor. Nesse âmbito, as formas de ação governamental previstas na legislação **não** incluem

- A) iniciativas para proteger os consumidores.
- B) incentivos à criação de cooperativas de consumo.
- C) atuação do Estado no mercado de consumo.
- D) incentivo à criação e ao desenvolvimento de associações representativas.

**QUESTÃO 64**

Previsto no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, os princípios a serem atendidos pela Política Nacional das Relações de Consumo **não** incluem(a)

- A) incentivo à criação de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços.
- B) incentivo à criação de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.
- C) incentivo à veiculação de publicidade destinada ao esclarecimento social acerca dos abusos nas relações de consumo.
- D) racionalização e melhoria dos serviços públicos.

**QUESTÃO 65**

A legislação de proteção ao consumidor prevê a busca da coibição e da repressão eficientes de práticas com diversas características. **Não** é objeto de expressa disposição legal a repressão à utilização de

- A) marcas e nomes comerciais indevidamente.
- B) propaganda silente no que se refira a qualidade ou quantidade do produto.
- C) inventos e criações industriais de forma indevida.
- D) signos distintivos que causem prejuízo ao consumidor.

**QUESTÃO 66**

As formas de repressão aos abusos na relação de consumo incluem a responsabilização por vícios de produtos. Acerca do vício de produto, assinale a opção **incorreta**.

- A) Somente é caracterizado vício de produto se ele tiver natureza durável, como ocorre com um aparelho eletrodoméstico.
- B) O vício pode ser tanto de quantidade quanto de qualidade.
- C) É vício de produto tanto aquele que torna o produto impróprio para consumo como o que o faz inadequado ao consumo.
- D) Configura vício de produto a disparidade existente entre o produto e as indicações constantes de mensagem publicitária.

**QUESTÃO 67**

As faculdades legalmente conferidas ao consumidor em decorrência de vício de produto **não** incluem a possibilidade de o referido consumidor

- A exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
- B pleitear pagamento por perdas e danos.
- C exigir abatimento proporcional do preço.
- D exigir restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, caso em que abre mão do direito de pleitear eventuais perdas e danos.

**QUESTÃO 68**

Determinado consumidor adquiriu um produto que apresentava vício aparente. Após certo período, dirigiu-se ao fornecedor para reclamar, no que não foi atendido, sob alegação de caducidade do direito de reclamação. Na hipótese que permitiria tal alegação por parte do fornecedor, o produto era

- A não-durável e a reclamação se deu mais de 15 dias após o fornecimento.
- B durável e a reclamação ocorreu mais de 60 dias após o fornecimento.
- C durável e já se haviam passado mais de 120 dias; porém, estava em curso inquérito civil relativo ao fornecimento daquele mesmo produto.
- D semi-durável, e já haviam se passado mais de 90 dias.

**QUESTÃO 69**

Um dos maiores avanços estabelecidos pelas normas de proteção ao consumidor foi a tipificação de situações que autorizam o juiz a desconsiderar a personalidade jurídica, por atos praticados por sociedade, em prejuízo do consumidor. Supondo que as situações apresentadas nas opções a seguir tenham sido prejudiciais ao consumidor, o magistrado **não** estará, entretanto, autorizado a desconsiderar a personalidade jurídica de uma sociedade quando esta

- A cobrar, inadvertidamente, tributo maior do que o devido na operação de consumo.
- B agir em descumprimento do seu próprio contrato social.
- C infringir uma lei.
- D cometer ato ilícito.

**QUESTÃO 70**

Considerando o direito ambiental brasileiro e os princípios que o norteiam, assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.

Uma indústria poluidora, a fim de ser autorizada a funcionar, se propôs a arcar com um pagamento mensal de 2% de seu faturamento líquido em razão da poluição que causará a determinado município, gerando receitas destinadas à recomposição de danos ambientais, cuja reparação será operacionalizada pelo próprio órgão ambiental do município.

Nessa situação, ter-se-á observado o princípio do poluidor-pagador (*polluter pays principle*) que norteia o direito ambiental e que consiste no fato de o empreendedor poder poluir desde que, previamente, pague pelos danos que vier a causar.

- B Considere a seguinte situação hipotética.

Várias empresas de telefonia móvel instalaram torres de estações radiobases em quase todos os bairros da capital de um dos estados da Federação, sem licenciamento ambiental e sem se preocuparem com as conseqüências que a poluição eletromagnética provocada por esses equipamentos poderia trazer ao meio ambiente e à saúde humana. Embora os efeitos desse tipo de poluição existam e venham sendo estudados pela Organização Mundial de Saúde, não são completamente conhecidos e tampouco cabalmente comprovados.

Nessa situação, as mencionadas empresas e o órgão estadual, que não adotou providência alguma no caso, deixaram de observar o princípio da precaução.

- C No Brasil, os fabricantes de motores, de veículos automotores e de combustível são obrigados a reduzir os níveis de emissão de monóxido de carbono em índices disciplinados por legislação específica, para garantir a qualidade do ar. Logo, os automóveis importados não precisam atender aos limites de emissão do mencionado gás, em suas vendas no território nacional.

- D Com a adoção da política nacional de recursos hídricos, o aproveitamento desses bens jurídicos é viável somente mediante outorga pelo poder público. Por isso, mesmo as derivações e captações insignificantes, como a de uma cacimba, devem receber outorga para serem exercitadas regularmente.

**QUESTÃO 71**

Tendo em vista os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais relativos ao meio ambiente, assinale a opção correta.

- A** Considere a seguinte situação hipotética.

Uma associação profissional de caça e de tiro ao voo fora constituída e registrada civilmente, e exercia suas atividades com animais criados na própria sede para esse fim. Ao saber de seu funcionamento, o órgão ambiental local embargou as atividades e apreendeu os animais do criadouro.

Nessa situação, a providência administrativa adotada foi correta, pois só a caça amadora e esportiva são admissíveis, desde que as peculiaridades regionais comportem seu exercício.

- B** De acordo com norma expressa da Constituição Federal, a floresta amazônica brasileira, a mata atlântica, a serra do mar, o cerrado, o pantanal mato-grossense e a zona costeira integram o patrimônio nacional. Por via de consequência, não se admite qualquer forma de internacionalização desses ecossistemas florestais, a despeito do que frequentemente defendemos países desenvolvidos, no caso da Amazônia.
- C** O conceito de patrimônio cultural não contempla os bens de natureza imaterial, como, por exemplo, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver de comunidades tradicionais, que são grupos formadores da sociedade brasileira ou participantes do processo civilizatório nacional. Esse conceito restringe-se aos bens materiais de valor histórico, artístico, turístico ou paisagístico.
- D** Considere a seguinte situação hipotética.

Um jovem rebelde de 18 anos de idade escalou o mais alto prédio público de determinada cidade e nele promoveu pichação com suas iniciais, tendo sido surpreendido no ato pela segurança do edifício.

Nessa situação, o jovem deverá ser submetido a sanções administrativas e civis, pois a conduta descrita ainda não foi tipificada como crime na legislação pátria.

**QUESTÃO 72**

Considerando a normatização aplicável a licenciamento ambiental, educação ambiental e participação da comunidade na tutela do meio ambiente, assinale a opção correta.

- A** Considere a seguinte situação hipotética.

Em um empreendimento de extração de minério, o órgão ambiental licenciador da atividade exigiu do solicitante a elaboração de estudo de impacto ambiental (EIA). Por entender tal requisito dispensável, já que o projeto de exploração e recuperação da jazida estava bem explicitado, o empreendedor impetrou mandado de segurança e obteve liminar, no sentido de garantir que o procedimento licenciatório seguisse sem a necessidade de EIA.

Nessa situação, a concessão da segurança foi acertada, pois a expedição de licença ambiental para a atividade de mineração não depende de apresentação de EIA. Tal exigência é desnecessária e não tem respaldo na legislação em vigor.

- B** Considere a seguinte situação hipotética.

Um estado da Federação introduziu educação ambiental obrigatória no nível de ensino fundamental. Ao ser questionado pela imprensa sobre a razão de o nível de ensino médio não ser contemplado com tal política pública, o titular da secretaria de educação afirmou que o poder público — nas esferas federal e estadual — só está obrigado a promover tal tipo de educação no ensino fundamental.

Nessa situação, a providência e a justificativa apresentadas guardam consonância com a Constituição Federal e com a Política Nacional de Educação Ambiental.

- C** O princípio da participação comunitária na tutela do meio ambiente aplica-se, por exemplo, às seguintes atividades: legislativa, quando são propostos projetos de leis ambientais de iniciativa popular; atuação em órgãos colegiados dotados de poderes normativos, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); formulação e execução de políticas ambientais, como no caso de um movimento social apresentar ao governo um projeto versando sobre coleta seletiva, incluindo um sistema integrado com os catadores de lixo e sua inclusão social, para ser analisado como proposta de política pública no setor; judiciária, como na hipótese de propositura de ação popular para a defesa do meio ambiente.
- D** Considere a seguinte situação hipotética.

Uma pessoa jurídica, no propósito de explorar material radioativo existente em determinado município, formulou pedido de licenciamento ambiental ao órgão municipal.

Nessa situação, o requerimento sequer deverá ser recebido, pois compete exclusivamente ao órgão ambiental do estado o licenciamento de empreendimentos ou atividades destinados a pesquisa, lavra ou beneficiamento de material radioativo em qualquer estágio.

**QUESTÃO 73**

A respeito da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e da normatização constitucional e infraconstitucional relativa ao meio ambiente, assinale a opção correta.

**A** Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente incluem o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras.

**B** Considere a seguinte situação hipotética.

Um vereador de determinado município, dados os constantes episódios de degradação de recursos hídricos naquela unidade da federação, apresentou projeto de lei, versando sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição das águas.

Nessa situação, sob o ponto de vista constitucional, tal projeto pode ser considerado compatível, pois é de competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios legislar sobre a matéria mencionada.

**C** Considere a seguinte situação hipotética.

Determinado estado da Federação, não obstante já possuir órgão ambiental na esfera estadual, constituiu uma fundação responsável pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Nessa situação, apesar de tal fundação destinar-se aos mencionados fins, ela não compõe o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), pois ele só é integrado pelos órgãos ambientais da União, dos estados, do DF e dos municípios e não por fundações, ainda que instituídas pelo poder público para propósitos ambientais.

**D** Considere a seguinte situação hipotética.

Em um acidente de transporte de carga de combustíveis, um caminhão de uma empresa transportadora tombou e espalhou óleo diesel em um riacho próximo a importante unidade de conservação, causando grandes danos ao meio ambiente.

Nessa situação, o autor de possível demanda judicial para a reparação dos danos deverá provar que houve culpa ou dolo do transportador da carga.

**QUESTÃO 74**

Ainda a respeito da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e da normatização constitucional e infraconstitucional relativa ao meio ambiente, assinale a opção correta.

**A** Considere a seguinte situação hipotética.

Um agricultor que desmatou sem prévia licença ambiental grande área de sua propriedade recorreu judicialmente contra a sanção aplicada pelo órgão ambiental, que consistiu na suspensão da participação do infrator em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

Nessa situação, o recurso deverá ser acolhido pelo juiz e há de ser declarada judicialmente a nulidade da sanção, uma vez que, no ordenamento jurídico, não está previsto tal tipo de medida restritiva de direitos para casos de infrações ambientais.

**B** Apenas os funcionários de órgãos ambientais integrantes do SISNAMA são considerados pela lei autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo versando sobre o assunto. Logo, se qualquer outro agente do governo federal que não pertença àqueles órgãos expedir infração ambiental, o ato não terá nenhuma validade.

**C** Considere a seguinte situação hipotética.

Uma barragem, construída e mantida pela mesma empresa, foi edificada com observância de parâmetros regulares e com todas as providências administrativas que garantiam a licitude do empreendimento. Não obstante, sua atividade ensejou danos ambientais, além dos previstos no projeto e no EIA/RIMA.

Nessa situação, por ser a atividade lícita, a empresa que construiu e mantém a barragem está isenta da reparação civil dos danos imprevistos causados ao meio ambiente.

**D** Considere a seguinte situação hipotética.

Várias empresas associaram-se para a construção de um centro comercial, cuja edificação incluiu o aterramento de nascentes que eram tributárias do rio que abastecia a cidade.

Nessa situação, como a responsabilidade por dano ambiental é solidária entre os responsáveis, o autor da ação coletiva, se preferir, pode acionar apenas a empresa que detiver mais capital e maiores condições de arcar com o valor da indenização e reparação.

**QUESTÃO 75**

Com referência à tutela penal do meio ambiente e considerando a Lei n.º 9.605/1998, assinale a opção correta.

- A** Alguém que, ao passar por um logradouro público, em manobra imprudente, desgoverna o carro e derruba uma árvore pode incorrer em sanção administrativa, mas nunca em sanção penal, pois a conduta de destruir ou maltratar plantas de logradouros públicos só admite a modalidade dolosa e não a culposa.
- B** A legislação brasileira consagrou a responsabilidade penal da pessoa jurídica, contudo não previu a desconsideração da pessoa jurídica na hipótese de sua personalidade ser obstáculo à reparação dos prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- C** Considere a seguinte situação hipotética.

Um comerciante com baixíssimo grau de escolaridade aproveitou-se de uma área de cerrado pertencente a um parque nacional, próxima ao seu estabelecimento, e passou a depositar ali produtos químicos com validade vencida, provocando a morte da vegetação circundante ao local de rejeitos, além da contaminação do solo, incorrendo, assim, em crime ambiental por causar dano à unidade de conservação.

Nessa situação, o fato de o comerciante ter pouca instrução em nada influenciará na dosimetria da pena a que ele for condenado.

- D** Considere a seguinte situação hipotética.

Um navio com produtos químicos altamente tóxicos chocou-se contra uma rocha e derramou em um rio grande quantidade da carga, provocando enorme poluição hídrica, com graves ameaças de danos à saúde dos ribeirinhos e pescadores.

Nessa situação, se — segundo listagem do IBAMA — algumas espécies animais ameaçadas de extinção forem atingidas, o autor do crime de poluição, no caso, terá sua pena agravada.

**QUESTÃO 76**

Tendo em vista a tutela processual do meio ambiente, a ação penal pública e a defesa judicial do meio ambiente, assinale a opção correta.

- A** Uma associação constituída há mais de um ano nos termos da lei civil e que possua, entre suas finalidades institucionais, a defesa do meio ambiente, poderá instaurar sob sua presidência inquérito civil para apurar danos ambientais provocados por uma indústria que emite na atmosfera gases em quantidades acima dos padrões admitidos pelas normas municipais, podendo, ainda, requerer das autoridades competentes certidões e informações que julgar necessárias à instrução do mencionado procedimento investigatório.

- B** Considere a seguinte situação hipotética.

Uma ação civil pública foi proposta por uma fundação estadual contra determinado município, para que este providenciasse a proteção do meio ambiente urbano, ameaçado por projetos arrojados, que desconsideravam as afetações de determinadas áreas. Depois de um ano do trâmite da referida medida judicial, a autora abandonou a pretensão.

Nessa situação, o Ministério Público ou qualquer outro legitimado para a ação civil poderá assumir a titularidade ativa da medida.

- C** O termo de ajustamento de conduta previsto na lei da ação civil pública é instrumento hábil para a transação em matéria ambiental, evitando-se a propositura de demandas judiciais, e contará sempre com a participação do Ministério Público. Tal termo, no entanto, não pode ser movimentado, caso a ação esteja em curso no Poder Judiciário.
- D** Para a defesa judicial do meio ambiente, além da ação civil pública, podem ser usados a ação direta de inconstitucionalidade, a ação popular e o mandado de injunção, não se admitindo, porém, o mandado de segurança coletivo, dado o fato de que a titularidade passiva para tal medida judicial é limitada a autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público. Dessa maneira, limita-se a proteção, pois inúmeras vezes o degradador é um particular. Ademais, o mandado de segurança coletivo pressupõe a prova pré-constituída, o que raramente é possível em matéria ambiental.



**QUESTÃO 77**

Marina está no oitavo mês de gravidez e não sabe do paradeiro do pai da criança que espera. Encontra-se desempregada e não tem condições econômicas para proporcionar alimentação e moradia adequadas, nem para si, nem para a filha que está prestes a nascer, a qual pretende registrar com o nome de Raquel.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção **incorreta**.

- A É dever do Estado propiciar apoio alimentar a Marina durante a gestação.
- B É dever do Estado assegurar a Marina atendimento pré-natal no âmbito do Serviço Único de Saúde (SUS).
- C O hospital em que Raquel vier a nascer terá obrigação legal de propiciar a permanência dela junto a Marina.
- D Se, após o nascimento de Raquel, Marina não apresentar condições econômicas suficientes para propiciar a sua filha um padrão de vida minimamente digno, o Ministério Público deverá solicitar a decretação judicial da perda do poder familiar de Marina sobre Raquel.

**QUESTÃO 78**

Paulinho tem dez anos de idade e é filho de Carolina e de Rodrigo, que são divorciados. Cláudio, atual noivo de Carolina, propôs-se a adotar Paulinho logo após o casamento, tendo em vista que Rodrigo é um pai ausente e tem condições econômicas precárias.

Quanto à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A Para que a adoção proposta seja válida, Rodrigo deve ser previamente destituído do poder familiar sobre Paulinho, por meio de processo judicial específico.
- B Nessa situação, a validade da adoção dependerá do consentimento de Paulinho.
- C Nessa situação, é lícito que a referida adoção se dê sob condição resolutiva, mantendo-se válida apenas enquanto durar o casamento entre Cláudio e Carolina.
- D Se tiver 22 anos de idade, Cláudio não poderá adotar Paulinho, ainda que a adoção conte com a anuência de Carolina e de Rodrigo.

**QUESTÃO 79**

Considerando que Sandra, de oito anos de idade, encontra-se submetida ao poder familiar do pai e da mãe, assinale a opção correta.

- A Sandra pode assistir sozinha a uma peça de teatro, desde que esse espetáculo seja adequado a sua faixa etária.
- B Caso esteja acompanhando sua mãe, Sandra poderá permanecer em estabelecimento voltado à exploração comercial do jogo de bingo no qual sejam realizadas apostas.
- C Para que Sandra pudesse viajar para outro estado da Federação, na companhia de sua avó, seria necessária autorização escrita assinada por seu pai ou por sua mãe.
- D Para que Sandra possa viajar para o exterior na companhia de sua mãe, é preciso que seu pai autorize expressamente essa viagem, por meio de documento com firma reconhecida.

**QUESTÃO 80**

Considere, por hipótese, que uma entidade não-governamental voltada ao atendimento de adolescentes tenha sido constituída recentemente no estado de Mato Grosso, e, em face dessa consideração, assinale a opção correta.

- A A instituição estará submetida à fiscalização do conselho tutelar competente.
- B Para que possa realizar programa de abrigo, a instituição deverá registrar-se previamente no Ministério Público estadual.
- C Caso decida realizar programa de atendimento em regime de liberdade assistida, a instituição deverá solicitar alvará de funcionamento a ser expedido pela autoridade judicial competente.
- D É vedado à instituição realizar programa de atendimento em regime de semi-liberdade, atividade esta exclusiva das entidades governamentais de atendimento.

**QUESTÃO 81**

Assinale a opção correta acerca das medidas de proteção e das medidas socioeducativas.

- A O adolescente somente tem direito a defesa técnica por advogado se estiver envolvido em processo que possa resultar aplicação de medida socioeducativa que implique privação de liberdade.
- B É inválida a decisão judicial que aplica a uma criança, medida de internação em estabelecimento educacional.
- C É inválida a decisão judicial que aplica a um adolescente, de forma cumulativa, medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, pois é legalmente vedada a cumulação de medidas socioeducativas.
- D O ato de conselho tutelar que determina a inclusão de um adolescente em programa oficial de tratamento a toxicômanos é inválido porque essa é uma medida que somente pode ser aplicada mediante ordem judicial.

**QUESTÃO 82**

A adolescente Kátia, com dezessete anos de idade, submetida ao poder familiar de seus pais, está sendo judicialmente processada por prática de ato infracional.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ No referido processo, Kátia deve ser representada pelos seus pais, que devem praticar os atos judiciais em nome da filha.
- Ⓑ É permitido à imprensa noticiar o fato pelo qual Kátia está sendo processada, desde que não se divulgue a imagem de Kátia e que ela seja identificada apenas pelas iniciais de seu nome.
- Ⓒ Seria nula decisão judicial que, de ofício, concedesse remissão a Kátia durante o curso do processo.
- Ⓓ Se, antes do oferecimento da representação, o promotor de justiça competente houvesse concedido remissão a Kátia, essa remissão seria válida independentemente de homologação judicial, pois ainda não havia sido iniciado o processo judicial de apuração do ato infracional.

**QUESTÃO 83**

Andréia, uma adolescente órfã de pai, vive atualmente com sua mãe, Lúcia, e seu padrasto, Juliano. Recentemente, Andréia disse a sua mãe que Juliano tentou abusar sexualmente dela. Sua mãe, temerosa de perder o companheiro que a sustentava economicamente, pediu para que a filha não fizesse nada contra Juliano. Indignada, Andréia procurou o Ministério Público e o conselho tutelar, em busca de auxílio, pois não desejava mais voltar à casa materna.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Ministério Público é parte legítima para solicitar ao juiz competente a suspensão do poder familiar de Lúcia sobre Andréia.
- Ⓑ Andréia não tem legitimidade para ingressar com pedido judicial de destituição do poder familiar de Lúcia.
- Ⓒ O conselho tutelar competente pode determinar, de ofício, o afastamento de Juliano da residência da família, para que Andréia possa voltar para casa com tranquilidade e segurança.
- Ⓓ Caso seja decretada judicialmente a perda do poder familiar de Lúcia sobre Andréia, os nomes da mãe e dos avós maternos deverão ser excluídos da certidão de nascimento de Andréia.

**QUESTÃO 84**

Assinale a opção correta acerca da organização judiciária do estado de Mato Grosso.

- Ⓐ Considerando que a comarca de Sinop é constituída por seis municípios, é correto afirmar que a sede dessa comarca é a do município de Sinop – MT.
- Ⓑ As comarcas compostas por apenas uma vara são comarcas de primeira entrância, as compostas por duas varas são de segunda entrância e as compostas por três varas são de terceira entrância.
- Ⓒ Na justiça estadual de Mato Grosso, há treze circunscrições judiciárias, que são comarcas integradas em um mesmo sistema de organização e fiscalização.
- Ⓓ A criação de novas comarcas e varas é feita por meio de lei estadual, enquanto a criação de novos distritos é feita por deliberação do plenário do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT).

**QUESTÃO 85**

Julgue os itens que se seguem.

- I As vagas de desembargadores do TJMT a serem providas por promoção devem ser preenchidas por juizes de direito que componham a terceira entrância da primeira instância da justiça estadual de MT.
- II Considerando que dois dos desembargadores que componham uma das câmaras do TJMT encontrem-se em licença médica, é correto afirmar que eles deverão ser substituídos preferencialmente pelos dois mais antigos juizes de direito de primeira instância.
- III A desembargadores do TJMT, é vedado enunciar juizes depreciativos sobre decisões tomadas por quaisquer órgãos desse tribunal, mesmo em se tratando de crítica formulada em artigo doutrinário ou no exercício do magistério.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Nenhum item está certo.

**QUESTÃO 86**

Com relação aos magistrados da justiça estadual de Mato Grosso, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao juiz de direito titular de uma comarca integrada por vara única, compete presidir o tribunal do júri dessa comarca, bem como organizar o alistamento dos jurados.
- Ⓑ Um juiz de direito não pode exercer simultaneamente mais de uma substituição, salvo em caso declarado como de absoluta necessidade por dois terços dos membros do TJMT.
- Ⓒ É vedado a juizes substitutos atuar em cartas precatórias e proceder a correições, nas varas em que funcionem como auxiliares.
- Ⓓ O ingresso na carreira de juiz de paz depende de aprovação em concurso público de provas e títulos.

**QUESTÃO 87**

Assinale a opção correta quanto à organização judiciária do estado de Mato Grosso (MT).

- A O expediente diário do foro será definido, em cada comarca, pelo juiz de direito diretor do foro, que deverá estabelecer horários para atendimento ao público tanto no período matutino quanto no vespertino.
- B Para comparecer a audiências judiciárias, os homens devem usar paletó e gravata e as mulheres devem vestir saias, sob pena de ser vedado o seu ingresso no recinto da audiência.
- C Compete a todo juiz de direito de terceira entrância a correção permanente dos serviços de sua vara.
- D O corregedor-geral de justiça deve comunicar aos juizes de uma comarca, com pelo menos trinta dias de antecedência, a data em que será realizada correção ordinária.

**QUESTÃO 88**

Sérgio é juiz de direito vitalício, tem trinta anos de idade e atualmente é titular da vara criminal de uma comarca de segunda entrância no estado de MT.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Sérgio somente perderá seu cargo em decorrência de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão tomada por dois terços dos membros do TJMT.
- B Se a vara em que Sérgio oficia for suprimida, então o TJMT poderá removê-lo, de ofício, para qualquer uma das varas em que se encontre vaga em comarcas de segunda entrância da justiça de MT.
- C Seria ilícita decisão do TJMT que concedesse a Sérgio licença de dez meses, sem prejuízo dos seus vencimentos, para ele frequentar curso de especialização em criminologia a ser realizado na Espanha.
- D É vedado a Sérgio exercer função de diretor de um curso de ciências jurídicas em uma universidade particular.

**QUESTÃO 89**

Júlia é juíza substituta e será removida amanhã para atuar como auxiliar do juiz de direito titular da comarca de Poconé, uma comarca de primeira entrância da justiça estadual de MT.

Em face da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Os vencimentos de Júlia deverão corresponder a 90% dos vencimentos do juiz titular da referida comarca.
- B Caso o Poder Judiciário de MT não ofereça a Júlia residência oficial na comarca, ela terá direito a receber ajuda de custo, para moradia, correspondente a 30% dos seus vencimentos.
- C A legislação veda que Júlia seja sócia cotista de uma sociedade limitada.
- D Mesmo que venha a ser ameaçada de morte por comparsas de um criminoso que condenar à prisão, Júlia somente poderá ser removida da comarca de Poconé após ter cumprido dois anos de efetivo exercício nessa comarca.

**QUESTÃO 90**

Assinale a opção correta sobre os ofícios de justiça do foro extrajudicial e de seus titulares.

- A Os oficiais de registro, também chamados de tabeliães, são agentes públicos cujas declarações são dotadas de fé pública.
- B Lavrar escrituras públicas de compra e venda de bens imóveis é uma competência exclusiva do oficial de registro de imóveis.
- C O ingresso na atividade notarial é restrita a bacharéis em direito e depende da prévia aprovação em concurso de provas e títulos.
- D Um notário somente pode reconhecer firmas de pessoas que tenham domicílio em município abrangido pela comarca na qual se situe o ofício em que o notário atue.

**Texto I – questões 91 e 92**

1 A busca de uma nova ordem global está marcada  
por poderosas tensões, profundas contradições e paradoxos  
que causam muita perplexidade. Busca-se a ordem na  
4 desordem. A coerência na contrariedade. A continuidade  
na mudança. Avanço e decadência são mascarados pelos  
eventos. Mesclam-se autoridades obscuras, fronteiras  
7 mutáveis e sistemas de regras emergentes. É dessa forma  
que o politólogo James Rosenau sintetiza os dilemas da  
governança no século XXI, para concluir que tentar  
10 deslindá-los é ter esperança envolvida no desalento.  
(...)

Um debate que tem a ver com nossa vida e de todo  
13 mundo e está longe de terminar. Não há só ruína e falta de  
perspectiva. Uma nova ordem já se infiltra nos escombros da  
velha, resta saber quanto som, fúria e barbárie ainda teremos  
16 de enfrentar até que se torne dominante e nos leve a um  
estágio novo de civilização.

Sérgio Abranches. *Desalento e esperança*. In: *Veja*, 2/6/2004 (com adaptações).

**QUESTÃO 91**

Assinale a opção cujo fragmento pode ocupar coerentemente o espaço marcado por (...) na linha 11 do texto I.

- A Esperança e desalento perpassam a nova ordem mundial, em que países de terceiro mundo continuam atrelados aos ditames do primeiro.
- B Essa busca, incoerente, imutável e decadente, mascara eventos que coordenam e superam os dilemas de uma governança democrática.
- C Nesse contexto aparentemente contraditório, desenvolve-se o debate sobre novas regras de convívio social e de superação de valores hegemônicos.
- D Para esse pensador, é o desalento que impede o pulsar de uma sociedade civil capaz de vencer o avanço político que traz consigo a ampliação do entendimento e o deslindamento de conflitos.

**QUESTÃO 92**

Julgue os seguintes itens, a respeito das estruturas linguísticas no texto I.

- I O primeiro e o segundo períodos sintáticos do texto são estruturados como duas maneiras diferentes de se construir a voz passiva em língua portuguesa.
- II Na linha 12, a conjunção “e” liga dois sintagmas nominais; na linha 13, a primeira ocorrência dessa conjunção liga duas orações que qualificam “debate” (R12).
- III Para que a oração deixe de ser impessoal e se mantenha a correção gramatical, é correto substituir “há” (R13) tanto por **existe** como por **existem**.
- IV A supressão dos advérbios “já” (R14) e “ainda” (R15) manteria a correção textual, mas noções temporais do texto seriam alteradas.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.                      **B** 2.                      **C** 3.                      **D** 4.

**Texto II – questões 93 e 94****Nosso Tempo**

1 Este é tempo de partido,  
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,  
4 viajamos e nos colorimos.  
A hora pressentida esmigalha-se empó na rua.  
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.  
7 As leis não bastam. Os lírios não nascem  
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se  
na pedra.

10 Visito os fatos, não te encontro.  
Onde te ocultas, precária síntese,  
penhor de meu sono, luz  
13 dormindo acesa na varanda?  
Miúdas certezas de empréstimo, nenhum beijo  
sobe ao ombro para contar-me  
16 a cidade dos homens completos.

Calo-me, espero, decifro.  
As coisas talvez melhorem.  
19 São tão fortes as coisas!

Mas eu não sou as coisas e me revolto.  
Tenho palavras em mim buscando canal,  
22 são roucas e duras,  
irritadas e enérgicas,  
comprimidas há tanto tempo,  
25 perderamo sentido, apenas querem explodir.

(...)

Carlos Drummond de Andrade. **Antologia Poética**.  
Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 119-20 (com adaptações).

**QUESTÃO 93**

Julgue os seguintes itens, a respeito da literatura brasileira e do texto II.

- I O poema é representativo da poesia brasileira considerada de vanguarda por se caracterizar como um texto que se constrói espacialmente a partir de uma trama que explora o elemento significante.
- II Apesar de o autor desse poema pertencer ao Modernismo brasileiro, a linguagem poética recorre a imagens que contrastam impressões de claro e escuro, com o limite impreciso das idéias, características do Barroco.
- III O eu-lírico do poeta identifica-se com o tumulto e a incompletude do mundo e dos homens, em uma busca por certezas.
- IV Os versos 5, 10 e 21 constituem exemplos de linguagem polissêmica em que os sentidos metafóricos sobressaem aos sentidos literais tanto para veicular idéias quanto para provocar emoções.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.  
**B** III e IV.  
**C** I, II e IV.  
**D** II, III e IV.

**QUESTÃO 94**

Assinale a opção **incorreta** a respeito do emprego das estruturas linguísticas no texto II.

- A** Pelo emprego de pronomes e flexões verbais, o poeta se dirige ao leitor/destinatário como terceira pessoa do discurso.
- B** No verso 6, subentende-se que “Fogo” e “Sapatos” também são algo que os homens pedem; por isso, feitas as necessárias alterações de grafia, seria gramaticalmente correto substituir por vírgulas os pontos empregados depois de “carne” e de “Fogo”.
- C** No verso 7, o ponto final separa duas orações que manteriam as mesmas relações semânticas se fossem unidas pela conjunção **pois**.
- D** No verso 14, “nenhum beijo” é caracterizado como “Miúdas certezas de empréstimo”.

**QUESTÃO 95**

A redução da idade penal é um tema polêmico em nosso país e em outros lugares do mundo. Ele é polêmico porque revela os embates do mundo contemporâneo quanto às soluções para a exacerbação da violência em todas as suas expressões — não apenas a da criminalidade —, que cria um clima de insegurança e medo social, afetando todos os cidadãos em seus legítimos direitos à paz pública.

Além de polêmica, a discussão é relevante porque demonstra como a sociedade lida com os desafios e conflitos colocados na relação com os jovens. A defesa da redução da idade penal significa circunscrever o próprio jovem como “o problema” no contexto de uma mentalidade que associa juventude e violência e desresponsabiliza o mundo adulto das tarefas de compreender a complexidade do fenômeno da violência e as determinações da criminalidade e de construir com as novas gerações perspectivas de futuro, em uma lógica de responsabilidade.

Maria de Lourdes T. Teixeira e Maria Cristina G. Vicentin. *O futuro do Brasil não merece cadeia*. In: *Ciência Hoje*, v. 30, n.º 177, nov./2001, p. 19 (com a d a p t a ç ã o ) .

Assinale a opção que corresponde a um período gramaticalmente correto e coerente com a argumentação do texto acima.

- A Em nosso país, como em outros lugares do mundo o tema sobre a redução da idade penal diz respeito à jovens e adultos, mas acaba por circunscrever este último como o problema no âmago do fenômeno.
- B Além de polêmica, a discussão sobre a redução da idade penal revela as várias facetas da violência decorrente do clima de medo e de insegurança que afeta todos os cidadãos, mas inscreve o jovem como o problema nesse contexto social.
- C Isentar de responsabilidade o adulto das tarefas de compreender o fenômeno da violência em toda sua complexidade e determinar a criminalidade, construindo perspectivas de futuro para as novas gerações e retirando do jovem a pecha de “o problema” nesse contexto.
- D A redução da idade penal, além de constituir um tema polêmico e relevante demonstra como a sociedade lida com a violência juvenil, desresponsabilizando dos adultos uma sociedade que associam novas gerações com perspectivas ao futuro, em um contexto de responsabilidade lógica.

**QUESTÃO 96**

Julgue os itens a seguir, a respeito das atividades econômicas do estado de Mato Grosso.

- I Quando o ouro encontrado em Mato Grosso escasseou, o estado assumiu seu atual perfil econômico, em que a agropecuária ocupa lugar de destaque.
- II A construção de rodovias estimulou a entrada de imigrantes oriundos das regiões Sul e Sudeste do país, o que impulsionou a pecuária extensiva.
- III As formas de relevo predominantes no estado são um fator importante no recente desenvolvimento da atividade agrícola ali verificado.
- IV O extrativismo é uma atividade praticada no estado, nas áreas de floresta amazônica.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.                      B 2.                      C 3.                      D 4.

**QUESTÃO 97**

O governo financiou projetos agropecuários de grupos nacionais e estrangeiros no norte e noroeste de Mato Grosso. Além disso, incentivou também o desenvolvimento de pequenas propriedades rurais nessas regiões. Nesse contexto, assinale a opção correta.

- A No estado, a existência de iniciativas privadas de colonização está ligada à estratégia de desenvolvimento de projetos de ocupação relacionados com o controle do mercado de terras e da produção agrícola e não somente com a venda especulativa de terras.
- B Verifica-se, a partir do avanço da fronteira econômica no estado, a diminuição da população urbana.
- C Tradicionalmente ligado à pecuária, o pantanal é um bioma a salvo da degradação provocada pela expansão das lavouras, especialmente as de soja.
- D Em função da ocupação de terras também por pequenos e médios produtores, prevalece, no estado, um equilíbrio no que diz respeito a sua estrutura fundiária, isto é, não é observada, no estado, a concentração de terras.

**QUESTÃO 98**

O custo de produção mais baixo e a maior disponibilidade de terras estão fazendo que o estado de Mato Grosso desponte como detentor do maior rebanho nacional de bovinos. Em 2004, o estado deve assumir a liderança, anteriormente do vizinho Mato Grosso do Sul, com um total de 20,2 milhões de animais. Há migração de pecuaristas do Sudeste e de Mato Grosso do Sul para Mato Grosso devido às terras mais baratas.

*Gazeta Mercantil*, 3/6/2004, p. 12 B (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos relevantes da economia contemporânea, assinale a opção correta.

- A O atual processo de crescimento da pecuária mato-grossense necessariamente deve ocorrer na região sul do estado, área de ocupação mais recente e que apresenta melhores condições para a expansão das áreas de pastagem.
- B A inexistência de um programa de sanidade animal, de responsabilidade do governo estadual, é apontada como o principal fator de risco para a pecuária de Mato Grosso, pois expõe o rebanho a graves doenças, como a febre aftosa e a raiva.
- C O agronegócio brasileiro, de que Mato Grosso é grande expoente, tem-se colocado em posição de crescente destaque na pauta das exportações do país.
- D Infere-se do texto que a especulação fundiária, elevando artificial e expressivamente o preço da terra, atinge igualmente os estados brasileiros tradicionalmente voltados para a atividade pecuária, problema que se agrava em Mato Grosso pela menor quantidade de terras em condições de receber novos criadores.

**QUESTÃO 99**

A auspiciosa notícia da descoberta do ouro, às margens do Coxipó-mirim, pela bandeira de Pascoal Moreira Cabral, organizada com propósitos diferentes, de cativar silvícolas, propalou-se rapidamente. E despertou a ambição dos aventureiros, que as monções começaram a conduzir às centenas. As viagens contribuiriam para o aumento acelerado da população, caso não atuassem em sentido contrário fatores adversos: a carência da organização adequada, responsável pela escassez de gêneros alimentícios e propagação de doenças fatais; as hostilidades dos nativos; a dispersão ulterior, de que resultou o povoamento da chapada de São Francisco Xavier. Tudo concorria para refrear o crescimento de Cuiabá, maior núcleo demográfico da região e de outros em que se ramificou.

Virgílio Corrêa Filho. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1969, p. 631 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o processo histórico de formação de Mato Grosso, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Há indiscutível vinculação entre o processo de ocupação do território que viria a ser chamado de Mato Grosso e o bandeirantismo paulista, movimento iniciado no século XVII que trouxe, entre seus resultados mais expressivos, a descoberta das jazidas auríferas no interior da colônia.
- Ⓑ Embora pertencente à Coroa portuguesa desde que esta tomou posse do Brasil, o território mato-grossense somente foi efetiva e formalmente incorporado ao restante da colônia com a descoberta do ouro, “às margens do Coxipó-mirim”, pela bandeira de Pascoal Moreira Cabral.
- Ⓒ As circunstâncias históricas que envolvem o início da colonização de Mato Grosso inscrevem-se no mesmo contexto em que Minas Gerais e Goiás são ocupados, ou seja, subordinadas ao interesse da exploração mineral.
- Ⓓ Ainda que tenham oferecido resistência, como informa o texto, os nativos foram sendo incorporados ao processo civilizatório que marcou a paisagem mato-grossense a partir do século XVIII. Assim, os primeiros recenseamentos feitos na região já distinguem os contingentes populacionais de brancos, negros e índios.

**QUESTÃO 100**

Nascido em 1865, no município de Santo Antonio de Leverger, e falecido em 1958, no Rio de Janeiro, Cândido Mariano da Silva Rondon é figura central da história mato-grossense e brasileira. Militar de formação, protagonizou feitos notáveis, reconhecidos pelo poder público e pela sociedade. Com referência ao Marechal Rondon, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ De destacada atuação no campo das comunicações, Rondon esteve à frente da expedição responsável pela instalação das linhas telegráficas que permitiram a comunicação entre a então capital Rio de Janeiro e as áreas de fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai.
- Ⓑ De seus incontáveis encontros com grupos indígenas, um dos feitos iniciais mais significativos foi o início da demarcação das terras dos bororos, dos terenas e dos quinquenhaus, fazendo que o governo estadual reconhecesse a propriedade indígena dessas terras, alvando a cobiça de fazendeiros.
- Ⓒ Deve-se fundamentalmente a Rondon a decisão do governo federal de criar o Serviço de Proteção ao Índio, do qual foi seu primeiro diretor e que, na atualidade, corresponde à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
- Ⓓ Além de militar, Rondon também foi diplomata. No campo da política externa, deve-se a ele a resolução de dois graves problemas de fronteira enfrentados pelo Brasil: o de Letícia, com a Colômbia, e o do Acre, com a Bolívia.